



**GOVERNO DE SERGIPE**

**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS - SEMARH**

**ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - ADEMA**

## **LICENÇA DE INSTALAÇÃO**

**No:** 249/2015

**EMPRESA/EMPREENDEDOR:** VELBERTE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA

**C.N.P.J / CPF:** 13641171000141

**ATIVIDADE LICENCIADA:** CONDOMINIO LE PROVENCE.

**ENDEREÇO DO EMPREENDIMENTO/EMPREENDEDOR:** ALAMEDA ESPANHA, JARDINS, ARACAJU, SE

### **ESTA LICENÇA AUTORIZA A REALIZAR A IMPLANTAÇÃO, OBSERVANDO AS SEGUINTE CONDICOES:**

1. Esta Licença refere-se à implantação de um Condomínio Residencial Vertical, composto por 02 blocos com 16 pavimentos cada, sendo 13 pavimentos tipo de 04 apartamentos e 02 pavimentos tipo de 02 apartamentos, totalizando 108 unidades habitacionais, em um terreno de 4.519,10m².
2. Esta Licença deverá ser encaminhada para publicação em conformidade com a Resolução Conama n.º 06/86, no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data de sua expedição, devendo em seguida ser encaminhada cópia das publicações a Adema.
3. A empresa deverá requerer a renovação da Licença de Instalação, com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração do prazo de validade desta licença.
4. A empresa somente poderá operar a atividade licenciada, após emissão pela Adema da respectiva Licença de Operação, que será fundamentada nas vistorias efetuadas no local.
5. Para a realização das vistorias que tratam o item anterior, a empresa deverá requerer a emissão de Licença de Operação comunicando à Adema, por escrito, a data do término das obras de implantação do empreendimento.
6. Por ocasião da solicitação da Licença de Operação, a empresa deverá apresentar os seguintes documentos:
  - Relatório circunstanciado sobre o descarte dos resíduos sólidos da construção civil, de acordo com o plano apresentado, anexando os comprovantes de recepção final emitidos por empresa devidamente licenciada pelo órgão competente;

- Atestado de ligação do empreendimento ao sistema de coleta e tratamento de esgoto, emitido pela Companhia de Saneamento de Sergipe – Deso.
7. Os despejos sanitários do empreendimento deverão ser adequadamente encaminhados para a rede de coleta e tratamento de esgotos sanitários, operada pela Companhia de Saneamento de Sergipe - Deso, conforme Projeto de Afastamento dos Esgotos Sanitários do empreendimento, aprovado pela Deso em 20/08/2012.
  8. A emissão da Licença de Operação está condicionada à regularização do licenciamento ambiental da SB-16 operada pela Companhia de Saneamento de Sergipe – Deso.
  9. Caso o empreendimento entre em fase final de implantação e o sistema de coleta de esgoto sanitário a ser operado pela Companhia de Saneamento de Sergipe – DESO não esteja em operação, a empreendedora deverá apresentar à Adema o projeto do sistema de tratamento dos despejos domésticos para análise e aprovação.
  10. O sistema de drenagem de águas pluviais do empreendimento deverá ser executado de forma a evitar o surgimento de processos físicos ativos (erosão, assoreamento, alagamento e outros).
  11. O empreendimento deverá ser provido de rede de abastecimento de água, operada pela Companhia de Saneamento de Sergipe – Deso.
  12. Os resíduos sólidos da construção civil gerados pela execução da obra deverão ter destinação segundo a resolução Conama n.º 307/02.
  13. As matérias primas de origem mineral a serem utilizadas no empreendimento deverão ter procedência de jazida devidamente licenciada no órgão ambiental competente.
  14. Durante a execução das obras, a empresa deverá manter cópias em suas dependências das licenças das jazidas fornecedoras de matérias primas, bem como desta licença.
  15. Quaisquer alterações que venham ocorrer no momento da execução das obras, relativas ao projeto aprovado pela Adema, deverão ser apresentadas para a devida avaliação.
  16. O não cumprimento das condições estabelecidas nesta licença implicará na aplicação das penalidades previstas na legislação ambiental vigente.
  17. Esta licença não exclui nem substitui outras Licenças exigidas pelas legislações federal, estadual e municipal com jurisdição na área.
  18. As instalações sanitárias provisórias deverão atender ao que estabelece a Resolução n.º 09/81 do Conselho Estadual do Meio Ambiente - Cema.
  19. A Adema, mediante decisão motivada, poderá modificar os condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar a presente Licença, quando ocorrer:
    - Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;
    - Omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a Licença;
    - Superveniência de graves riscos ambientais e de saúde;
    - Superveniência de normas técnicas e legais sobre o assunto.

A aceitação desta licença está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <<http://www.adema.se.gov.br>>

Licença emitida com base na Lei Estadual Nº 5.057, de 07 de Novembro de 2003, Artigo 4º, Inciso VIII.

Emitida às 12:33:40 do dia 22/12/2015 <hora e data de Brasília>.

Conforme Processo ADEMA 2015-006611/TEC/LI-0324 e Parecer Técnico PT-15097/2015-4939

Válida até 22/12/2016

Código de controle da licença: 4cc34571c1445f6ad2a7ecbf4a7e6fe7

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

**Decreto Nº 6.514/2008 -** Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências.

Art. 66. Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos, atividades, obras ou serviços utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, em desacordo com a licença obtida ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Parágrafo único. Incorre nas mesmas multas quem:

II - deixa de atender a condicionantes estabelecidas na licença ambiental.